

Governo poderá tabelar preço dos remédios

O secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, Gesner de Oliveira, e o assessor especial, Milton Dallari, iniciam hoje, em São Paulo, reuniões com o setor farmacêutico

MARCO ANTÔNIO MOREIRA

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda poderá tabelar e controlar os preços dos medicamentos se for demonstrado que o setor promoveu reajustes preventivos tendo prejuízos quando a Unidade Real de Valor (URV) for adotada, como admitiu o presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), José Eduardo Bandeira de Mello, em entrevista publicada pelo *Estado* ontem. "O governo não quer tabelar, mas se for necessário tomaremos as providências", explicou um assessor direto do ministro Fernando Henrique Cardoso. O Ministério da Fazenda não estaria querendo negociar com a Abifarma e deve convocar os laboratórios para conversas separadas.

Preocupação — Segundo o assessor, o presidente Itamar Franco está preocupado com os aumentos abusivos dos medicamentos e solicitou ao Ministério da Fazenda que fiscalize o setor e tome as providências que forem necessárias para evitar os au-

mentos acima da inflação. "O primeiro passo será um 'controle branco' nas indústrias farmacêuticas que consiste no acompanhamento dos aumentos nos preços dos remédios", explicou. "Quando forem constatados esses aumentos, os responsáveis pelo setor serão chamados para dar explicações e, se persistirem com os aumentos irreais, tomaremos outras providências como o tabelamento e controle dos preços."

O presidente da Abifarma continua insistindo que se houver problemas de preço na indústria farmacêutica eles são setorializados e decorrentes da decisão do presidente Itamar Franco, que encerrou as câmaras setoriais. "Nas câmaras, a gente discutia a questão dos reajustes com todos os setores envolvidos", disse. "Depois que elas foram extintas, cada laboratório passou a aplicar os aumentos por conta própria, e, pior, nos prazos que eles pró-

prios estabelecem." Bandeira de Mello recorda que o setor, historicamente, sempre foi apontado como vilão e passou três anos, entre 1990 e 1992, sob total ou parcial supervisão do governo.

"No fim do governo Sarney, o ministro Mailson da Nóbrega não permitia que os remédios subissem mais do que 80% da inflação", queixou-se. "Naquele período a inflação chegou a 80% e com essa política as empresas chegaram a perder 14 pontos percentuais em apenas um mês."

O secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, Gesner de Oliveira, e o assessor especial Milton Dallari começam hoje em São Paulo a rodada de conversas com o setor farmacêutico para evitar aumentos

acima da inflação.

Por ordem do presidente Itamar Franco, o Ministério da Fazenda passou desde anteontem a fazer um "monitoramento branco" da indústria farmacêutica que estaria sendo apontada pela equipe como um dos setores que tem determinado aumentos abusivos de preços.

FAZENDA VAI
PASSAR A
ACOMPANHAR
PREÇOS



Para Bandeira de Mello, presidente da Abifarma, o setor sempre foi apontado como vilão

Abramge não adere a resolução do CFM

O presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, afirmou ontem que as 180 empresas de saúde filiadas à entidade não cumprirão as decisões da resolução 1.401 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Segundo ele, as empresas têm liberdade de decisão, mas a maioria só cumpriria a determinação, que prevê cobertura integral para planos de saúde, se houvesse uma lei que as obrigasse. "Se houver uma lei nos obrigando a fazer cobertura integral, nós cumprimos, mas vamos fechar, por impossibilidades financeiras", diz Arlindo.

Arlindo afirma que a resolução

é inconstitucional. "O CFM não tem autoridade nem competência para nos impor suas decisões", diz. Ele citou o artigo 196 da Constituição ("A saúde é direito de todos e dever do Estado..."), dizendo que pode atender casos de Aids, mas depois pedirá ressarcimento por parte do Estado.

Para Arlindo, a resolução é vaga. Não determina se os planos de saúde terão de cobrir despesas de cirurgias plásticas embelezadoras ou pacientes no Exterior. Ele diz que, para cumprir as determinações do CFM, seria necessária uma rede nacional de hospitais, que tivessem condições estruturais para tratar qualquer tipo de doença, inclusive Aids.

ARLINDO:
'CONSELHO
NÃO PODE
IMPOR DECISÕES'

Nos EUA, seguradoras são fiscalizadas

As companhias que oferecem seguros médicos nos Estados Unidos são regulamentadas e fiscalizadas por órgãos estaduais que supervisionam as seguradoras em geral. Os dois programas federais de seguro de saúde — Medicaid, para os de renda mais baixa, e Medicare, para as pessoas com mais de 65 anos — são administrados pelo departamento de Saúde e Serviços Humanos. De acordo com a Health Insurance Association of America há cerca de mil empresas de seguro médico nos Estados Unidos. Cerca de 85% dos americanos têm algum tipo de seguro de saúde. Os não segurados somam cerca de 37 milhões de pessoas.

Há dois tipos de seguro. Alguns — os melhores — reembolsam a totalidade ou uma parte (tipicamente 80%) das despesas de consulta, tratamento (remédios) e operação com os médicos da preferência do segurado. A abrangência da cobertura e a porcentagem do reembolso varia de

seguro para seguro. Fumante, por exemplo, paga mais. Muito mais. O tipo de seguro que as pessoas tem varia de acordo com o emprego. Cada empresa oferece o seguro que quer. Não há obrigação legal. Autônomos compram seu plano de seguro médico diretamente das seguradoras ou dos HMOs.

Transplantes em geral (inclusive os de medula) e tratamentos e procedimentos experimentais não aprovados pelo FDA (departamento norte-americano de controle de medicamentos e alimentos) não são cobertos pela maioria dos seguros. As doenças infecto-contagiosas, como a Aids, são geralmente cobertas.

Um dos países que possuem o seguro saúde mais avançado do mundo é a França. O seguro saúde faz parte, basicamente, da Sécurité So-

ciale e, teoricamente, cobre as principais necessidades do cidadão, como cirurgias, consultas, remédios, etc. Todos os médicos franceses estão inscritos na Sécurité Sociale, mas ela trabalha com tarifas que nem sempre correspondem ao que cobram os médicos em seus consultórios parti-

culares. Nesse caso, o paciente paga o complemento de seu próprio bolso. Outra alternativa são os seguros complementares feitos por empresas privadas.

A Sécurité Sociale cobre 100% internação e cirurgia de praticamente todas as doenças graves. O seguro saúde francês não é tão forte na área dentária. Só uma parte desse tipo de tratamento é coberta integralmente. O limite de idade nos contratos particulares praticamente não existe, mas ele ocorre em função dos pre-

ços. Apenas no caso do seguro particular, quanto mais idosa a pessoa, mais caro fica o seguro saúde.

Consulta livre — Na Alemanha, a norma que regulamenta e fiscaliza as empresas de seguro saúde é basicamente o Ministério da Saúde alemão. As seguradoras particulares são ainda supervisionadas por uma instituição do ramo. Dependendo do seguro, existe consulta livre a qualquer médico ou então somente aos que constam de uma lista previamente fornecida.

Também a questão das doenças está estipulada dependendo do contrato. Nos seguros particulares, por exemplo, está especificado que doenças contraiadas antes da assinatura do contrato não estão cobertas pela seguradora. Esse ponto é bastante complicado. Acaba indo para a Justiça, pois um segurado sempre acaba pedindo para um advogado conseguir judicialmente a cobertura da seguradora.

**MINISTÉRIO DA
SAÚDE ALEMÃO
AVALIA
EMPRESAS**